

# Caderno Pedagógico

Contribuição ao debate por uma educação de qualidade.

2013





# Sumário

|  |    |
|--|----|
| • <i>Pedagogia Midiática ou Pedagogia da Opressão</i> .....  | 5  |
| • <i>Entendendo o IDEB -Índice de Desenvolvimento da Educação Básica</i> .....                     | 7  |
| • <i>IDEB na lei?</i> .....  | 9  |
| • <i>Enem por Escola: Entre os 20 melhores colégios de Minas Gerais, 17 são particulares</i> ..... | 11 |
| • <i>Nota mais alta não é educação melhor</i> .....  | 12 |
| • <i>Estudo Comparativo do CAQI: Custo Aluno Qualidade Inicial</i> .....                           | 14 |
| • <i>Campanha divulga manifesto</i> .....  | 20 |
| • <i>Uma Declaração sobre a Educação para reconstruir os EUA</i> .....                             | 21 |
| • <i>Escolas congeladas</i> .....  | 25 |



# Pedagogia Midiática ou Pedagogia da Opressão

**Pedagogia midiática** é a estratégia que o governo de Minas tem utilizado para mostrar a população de Minas Gerais e do Brasil que o estado possui a melhor educação básica do país segundo os últimos índices do IDEB. Ou seja, na **Pedagogia Midiática**, a propaganda em toda a mídia tem se resumido na qualidade na educação.

Finalmente, e muito mais importante é o fato pouco apreciado é que o IDEB tem alta correlação com o nível socioeconômico do alunado. Assim, ao atribuir a esse indicador o *status* de síntese da qualidade da educação, assume-se que a escola pode superar toda a exclusão promovida pela sociedade. Há uma farta literatura que mostra que isso é impossível. Todos os alunos têm direito a aprender, e os conhecimentos e habilidades especificados para educação básica devem ser os mesmos para todos. No entanto, obter este aprendizado em escolas que atendem alunos que trazem menos de suas famílias é muito mais difícil, fato que deve ser considerado quando se usa o indicador de aprendizagem para comparar escolas e identificar sucessos. 1

Na **Pedagogia Midiática** projetos e programas com nomes fantasia passaram a ser impostos nas escolas pela Secretaria de Estado da Educação (SEE) através das Superintendências Educacionais muitas vezes de forma arbitrária, sem que professores sejam sequer consultados se tais projetos de fatos beneficiariam seus alunos e suas escolas, transformando a ação educativa em medida preparatória para as avaliações externas.

Em função do pleno desenvolvimento da Pedagogia Midiática, os trabalhadores em educação de Minas Gerais têm vivido sob a égide da **Pedagogia da Opressão**, desenvolvida pelo governo, que se caracteriza pela desvalorização dos trabalhadores em educação, uma vez que não pagam o Piso Nacional Salarial do Magistério, congelaram a carreira, impõem políticas de formação equivocadas, condições de trabalho desrespeitosas, desconsideram os desafios como a crescente complexidade das ações educativas e pedagógicas, além do cotidiano de violência e insegurança nas escolas.

A **Metodologia da Pedagogia da Opressão** centra-se no desrespeito a autonomia das escolas, no aumento da carga de trabalho, na imposição de projetos, na redução de turmas, na falta de professores, na pressão cotidiana exercida sobre os trabalhadores, na contratação de equipes de acompanhamento que desconhecem a realidade das escolas. Assim como diz Bauman, (1999, p26), "os detentores do poder tornam-se realmente extraterritoriais, ainda que corporeamente estejam "no lugar."

Essa metodologia orienta-se pela conquista da **meta**: obter resultados. E parte do pressuposto que os resultados por si só refletem a qualidade da educação e que são de responsabilidade apenas dos trabalhadores em educação.

A realidade do vai e vem de decretos e resoluções, das ameaças e punições e dos baixos salários está trazendo o adoecimento para os trabalhadores em educação.

No **DIA D**, cabe aos trabalhadores/as em educação, a responsabilidade e o compromisso de debater com a comunidade escolar o que realmente significa qualidade na educação, deixando claro que nota alta não representa, por si só, melhoria na qualidade dessa ou daquela escola, que a qualidade na educação não é responsabilidade somente do professor, mas também do poder público, da sociedade e da família. Devem esclarecer à comunidade escolar que os índices, ou seja, as notas das escolas e dos alunos vêm sendo usadas para ameaçar e punir diretores e professores cujas escolas e alunos não atingem as pontuações mínimas, ao contrário de serem usadas como foi proposto pelo MEC/INEP.

"O IDEB permitiria identificar boas práticas para divulgação, identificar aqueles com maiores dificuldades para receber apoio técnico e, mais do que isso, que era necessário estabelecer metas para orientar o acompanhamento e a mobilização social rumo à busca de qualidade em cada escola, rede e no país como um todo, fundamental contribuição para a promoção da qualidade da educação básica no Brasil. Foi a criação do IDEB que trouxe a ideia de que o aprendizado dos alunos e seu fluxo entre as várias etapas da educação básica é, hoje, a mais clara expressão do direito constitucional à educação."( MEC/INEP)2

Ainda é preciso alertar todos sobre a urgente necessidade de reflexão acerca de outros muitos impactos das avaliações externas na educação de nosso país, "até que ponto elas são benéficas ou maléficas ao nosso sistema

de ensino, ou como irão modificar para pior, ou melhor, a educação de nossas crianças e jovens”<sup>1</sup> Assim com alerta Mota (id)

[...] as avaliações em si, não transformam os procedimentos pedagógicos, os técnico-administrativos, nem “melhoram” ou “pioram” os sistemas educativos, visto que não expressam o detalhe e a multiplicidade dos fazeres dos docentes e das escolas e suas comunidades. É preciso, como afirma Fischer (2010, p.49), lembrar sempre que, **em se tratando de avaliação da aprendizagem, a obsessão pelo resultado pode obscurecer a importância do processo. Portanto, acrescenta a autora, priorizar vivências de avaliação enquanto processo formativo pode ser um modo adequado de resistir a supervalorização da pedagogia de resultados.** (grifos nossos)

O Sind-UTE/MG nesse **Dia D** conclama trabalhadores/as em educação para juntos com os alunos, pais e movimentos sociais sermos os verdadeiros protagonistas desta educação, que sempre esteve em nossas mãos, **pensando qual é a educação que queremos para as escolas em nosso Estado.**

Os trabalhadores/as em educação aprenderam, ao longo de sua história, que os governos passam, por isso é importante não deixarmos de lutar por uma educação de qualidade para todos.

**NÃO BASTA SABER LER QUE EVA VIU A UVA. É PRECISO COMPREENDER QUAL A POSIÇÃO QUE EVA OCUPA NO SEU CONTEXTO SOCIAL, QUE TRABALHA PARA PRODUZIR A UVA E QUEM LUCRA COM ESSE TRABALHO. (PAULO FREIRE)**

**Direção Estadual do Sind-UTE/MG**

---

1 MOTA, Maria Océlia. Avaliações externas e seus impactos nas práticas pedagógicas na de alfabetização: percepções e visões preliminares . XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012

# Entendendo o IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Fonte – INEP/MEC

## 1-O QUE É IDEB?

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Ele foi criado pelo MEC para medir a qualidade no ciclo básico de ensino e já tem quatro edições (2005, 2007, 2009 e 2011).

## 2- Qual o principal desafio que o Brasil tem pela frente?

A questão do acesso está praticamente resolvida, quase todas as crianças já ingressam no sistema de ensino. A garantia da qualidade é o principal desafio que o Brasil tem pela frente.

## 3- Quais são os principais problemas ainda não resolvidos?

Altas taxas de repetência – problema de fluxo.

Altas taxas de abandono da escola antes da conclusão do ensino básico – problema de retenção.

Baixo desempenho em exames padronizados – problema de aprendizagem.

## 4- Qual é a origem do IDEB ?

A necessidade de desenvolver um indicador que oferecesse um diagnóstico para que se pudesse acompanhar a situação educacional ao longo do tempo não só do país como um todo, mas de cada rede e escola.

Isso permitiria identificar boas práticas para divulgação, identificar aqueles com maiores dificuldades para receber apoio técnico e mais do que isso, que era necessário estabelecer metas para orientar o acompanhamento e a mobilização social rumo à busca de qualidade em cada escola, rede e no país como um todo.

## 5- Qual é o sistema ideal de educação para que o IDEB cresça?

Um sistema de ensino ideal seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem.

Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça, é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

## 6-O que é o IDEB?

Para chegar ao índice pelo MEC, o indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar( rendimento escolar - taxas de aprovação, reprovação e abandono) e desempenho na Prova Brasil.

$$\begin{array}{ccc} \text{IDEB} = & \text{NOTA EM TESTE} & \times & \text{APROVAÇÃO} \\ & \downarrow & & \downarrow \\ & \text{PROVA BRASIL} & & \text{CENSO ESCOLAR} \end{array}$$

Quanto melhor o desempenho dos alunos nos testes e maior a taxa de aprovação, mais elevado será o IDEB.

Capta distorções como:

- passam todos os alunos: melhora do fluxo escolar com impacto negativo sobre o desempenho;
- eliminam-se os piores alunos: melhoria de desempenho decorrente de piora no fluxo escolar.

Varia de 0 a 10.

É calculado para cada escola, cada rede, cada estado e para o país.

Periodicidade de cálculo: a cada 2 anos.

## 7- Como interpretar o IDEB?

O IDEB foi desenvolvido para ser um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino).

Como o IDEB é resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série), então ele pode ser interpretado da seguinte maneira:

Uma escola A com:

- média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0;
- tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos;
- a rede/ escola terá o IDEB igual a 5,0 multiplicado por 1/2, ou seja, IDEB = 2,5.

$$\begin{array}{rcc} \text{IDEB} & = & \text{NOTA EM TESTE X APROVAÇÃO} \\ & & \downarrow \qquad \qquad \downarrow \\ & & \text{PROVA BRASIL} \qquad \text{CENSO ESCOLAR} \\ 2.5 & = & 5,0 \quad \text{tm de conclusão de cada série é de 2 anos,} \\ & & 5 \times \frac{1}{2} = 2,5 \end{array}$$

Uma escola B com:

- média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, igual a 5,0
- tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá IDEB = 5,0.

## 8 - O QUE É AVALIADO?

### Áreas do conhecimento avaliadas:

- Língua portuguesa: leitura
- Matemática: resolução de problemas
- Competências e habilidades que os alunos deveriam ter desenvolvido ao final de um ciclo de aprendizagem.

### Séries ou anos avaliados:

- 4ª série ou 5º ano do Ensino Fundamental
- 8ª série ou 9ª ano do Ensino Fundamental

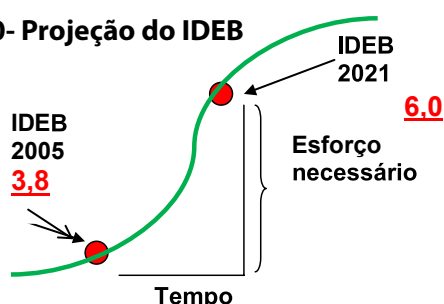
## 9 - Qual o estabelecimento de metas para alcançar a qualidade desejada ?

O caminho traçado de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE ( Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um IDEB igual a 6,0, na primeira fase do Ensino Fundamental.

O parâmetro definido foi o desempenho dos países desenvolvidos participantes do PISA, e a meta de longo prazo é que o Brasil deve alcançar o desempenho desses países e uma taxa de aprovação de 96%, em 2021.

A partir daí, foram calculadas as taxas de crescimento necessárias, partindo de 2003, para todo o país, e calculadas as metas individuais, tendo em vista a redução de desigualdades.

## 10- Projeção do IDEB



### Endereços

[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) Gabriela Miranda Moriconi Fórum da Undime - MT  
Diretoria de Estudos Educacionais – INEP/MEC

[http://download.inep.gov.br/download/Ideb/Nota\\_Tecnica\\_n2\\_metas\\_intermediarias\\_IDEB.pdf](http://download.inep.gov.br/download/Ideb/Nota_Tecnica_n2_metas_intermediarias_IDEB.pdf)



## IDEB na lei?

A proposta do Plano Nacional de Educação enviada pelo poder Executivo para análise pela Câmara dos deputados, projetos de lei de iniciativa de deputados, colunas em revista e editoriais de jornais defenderam, nas últimas semanas, a inserção do IDEB em leis educacionais. Se esta ideia for vitoriosa, o IDEB será alçado à condição de síntese oficial da qualidade da educação básica no Brasil. Naturalmente nessa situação, os sistemas e as escolas buscarão usar políticas e práticas que aumentem o valor desse indicador, tornando este índice a bússola da educação básica brasileira. Antes de tudo ocorrer, é razoável que o IDEB passe por escrutínio público e técnico. Este texto pretende contribuir para esse necessário debate.

Como se sabe, o IDEB é o produto dois números. O primeiro é um indicador de desempenho dos alunos, obtido através da Prova Brasil e o segundo, um indicador de rendimento obtido com o Censo Escolar.

O indicador de desempenho é uma média das proficiências dos alunos, presentes nas escolas no dia da prova Brasil, nos testes de leitura e de matemática. O fato de o IDEB considerar apenas os alunos presentes sinaliza que a maneira mais fácil de aumentar o seu valor é dificultar a presença dos alunos mais fracos no dia da Prova Brasil. O uso da média sugere que, para aumentar o IDEB, a escola pode concentrar seus esforços nos seus alunos com maior capacidade de aprendizagem, os quais, obtendo desempenhos mais altos, elevarão a média da escola.

Para agregar as proficiências em Leitura e em Matemática em um único número, a metodologia do IDEB faz primeiramente uma padronização dessas duas proficiências, e em seguida toma sua média como indicador de desempenho. Por um ar tefato estatístico pouco conhecido e analisado, a proficiência padronizada em Matemática é quase sempre maior do que a em Leitura. Ou seja, o IDEB assume que os alunos de educação básica de nosso país estão melhores em Matemática do que em Leitura, fato que contraria todas as outras análises.

O segundo número usado para compor o IDEB é um indicador de rendimento, i.e., uma média das taxas de aprovação das séries de cada ciclo. Entre todos os tipos de média usa-se a média harmônica, uma construção estatística que, embora completamente adequada à situação, é de difícil entendimento, já que se trata do inverso da média aritmética dos inversos.

Como consequência do uso do produto para sintetizar os indicadores de desempenho e rendimento, cria-se uma equivalência entre vários valores dos dois indicadores. Ou seja, um maior desempenho compensa uma maior reprovação. As consequências educacionais das taxas de substituição induzida pelo uso do produto na fórmula do IDEB precisam ser explicitadas e sua adequação para políticas públicas educacionais estabelecidas. Isto não foi feito ainda.

Tem-se divulgado, principalmente a imprensa, que se pode usar a experiência de interpretação de notas escolares, usualmente atribuídas com números entre 0 e 10, para interpretar o IDEB. Isso facilitaria a compreensão do índice. No entanto, o IDEB só atinge o valor mais alto em uma situação inusitada, aquela em que todos os alunos de uma mesma escola têm a mesma nota e essa nota é a maior possível. Isto obviamente não ocorre em situações educacionais reais. A interpretação ingênua do IDEB como nota da escola é muito problemática, pois toma como reais situações que são apenas construções estatísticas. Por exemplo, um IDEB de 5 não é tão baixo como a nota 5 e escolas com IDEB de 4 e 5 estão muito longe uma das outras, ao invés de próximas como as notas sugerem.

Finalmente, e muito mais importante, é o fato pouco apreciado de que o IDEB tem alta correlação com o nível socioeconômico do alunado. Assim, ao atribuir a esse indicador o status de síntese da qualidade da educação, assume-se que a escola pode superar toda a exclusão promovida pela sociedade. Há uma vasta literatura que mostra que isso é impossível. Todos os alunos têm direito de aprender, e os conhecimentos e habilidades especificados para educação básica devem ser os mesmos para todos. No entanto, obter este aprendizado em escolas que atendem alunos que trazem menos de suas famílias é muito mais difícil, fato que deve ser considerado quando se usa o indicador de aprendizagem para comparar escolas e identificar sucessos.

Todos estes pontos são de conhecimento dos que têm estudado os aspectos estatísticos do IDEB e que já propuseram soluções que, naturalmente, precisam do mesmo escrutínio que se defende aqui. Cabe ressaltar também que algumas destas limitações afetam os indicadores similares ao IDEB criados por estados e municípios.

A necessária discussão das limitações do IDEB, nesse momento em que se advoga sua inscrição em leis, deve, entretanto, iniciar-se reconhecendo sua fundamental contribuição para a promoção da qualidade da educação básica no Brasil. Foi a criação do IDEB que trouxe a ideia de que o aprendizado dos alunos e seu fluxo, entre as várias etapas da educação básica é, hoje, a mais clara expressão do direito constitucional à educação.

**José Francisco Soares é professor na faculdade de educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenador do grupo de avaliação e medidas educacionais (Game)**

**José Francisco Soares**  
GAME – FAE / UFMG

## Enem por Escola: entre os 20 melhores colégios de Minas Gerais, 17 são particulares

O Colégio Elite Vale do Aço, de Ipatinga, é a melhor escola de Minas Gerais, segundo o Enem por Escola 2011. A instituição privada obteve média geral 718,88 no exame. No segundo lugar aparece o Colégio Bernoulli (unidade Lourdes), de Belo Horizonte, com 704,28 pontos de média.

O *ranking* do Enem por Escola 2011 foi divulgado pelo MEC (Ministério da Educação). A maior nota entre as escolas do país é a do Objetivo Colégio Integrado, de São Paulo, que obteve média geral 737,152.

Este ano, segundo o MEC, as notas da redação foram desprezadas no cálculo da média geral. Só estão sendo consideradas as notas das provas objetivas. Só foram divulgadas as notas das instituições em que mais de 50% dos alunos inscritos no último ano do Ensino Médio fizeram a prova. Além disso, somente as escolas com, no mínimo 10 alunos, participam do cálculo.

### Veja as 20 melhores escolas de Minas Gerais

| Escola                                     | Cidade         | Média Geral | Rede    |
|--|----------------|-------------|---------|
| Colégio Elite Vale do Aço                  | Ipatinga       | 718,88      | Privada |
| Colégio Bernoulli - Unidade Lourdes        | Belo Horizonte | 718,18      | Privada |
| Colégio de Aplicacao da UFV - Coluni       | Viçosa         | 704,28      | Federal |
| Colégio Santo Antônio                      | Belo Horizonte | 702,31      | Privada |
| Colégio Santo Agostinho                    | Belo Horizonte | 690,56      | Privada |
| Colégio Magnum Agostiniano - Nova Floresta | Belo Horizonte | 689,17      | Privada |
| Colégio Loyola                             | Belo Horizonte | 682,58      | Privada |
| Colégio Santa Marcelina                    | Belo Horizonte | 678,96      | Privada |
| Colégio Santo Agostinho Unidade Nova Lima  | Nova Lima      | 673,49      | Privada |
| Colégio Santa Catarina                     | Juiz De Fora   | 673,20      | Privada |
| Colégio Santa Dorotéia                     | Belo Horizonte | 672,71      | Privada |
| Colégio Militar de Belo Horizonte          | Belo Horizonte | 668,04      | Federal |
| Colégio Espanhol Santa Maria Cidade Nova   | Belo Horizonte | 666,23      | Privada |
| Colégio Marista Dom Silvério               | Belo Horizonte | 664,41      | Privada |
| Colégio dos Jesuítas                       | Juiz De Fora   | 661,05      | Privada |
| Colégio Logosófico Gonzalez Pecotche       | Belo Horizonte | 660,97      | Privada |
| Colegium - Ensinos Fundamental e Médio     | Belo Horizonte | 660,51      | Privada |
| Colégio Santo Agostinho                    | Contagem       | 657,76      | Privada |
| Coltec - Colégio Técnico Da UFMG           | Belo Horizonte | 656,86      | Federal |
| Colégio Impulso                            | Sete Lagoas    | 654,92      | Privada |

Fontes: Portal do MEC / UOL, em São Paulo 23/11/2012

# 'Nota mais alta não é educação melhor'

Diane Ravitch, ex-secretária-adjunta de Educação dos EUA

02 de agosto de 2010 Simone Iwasso - O Estado de S.Paulo

Uma das principais defensoras da reforma educacional americana - baseada em metas, testes padronizados, responsabilização do professor pelo desempenho do aluno e fechamento de escolas mal avaliadas - mudou de ideia. Após 20 anos defendendo um modelo que serviu de inspiração para outros países, entre eles o Brasil, Diane Ravitch diz que, em vez de melhorar a educação, o sistema em vigor nos Estados Unidos está formando apenas alunos treinados para fazer uma avaliação.

Secretária-adjunta de Educação e conselheira do secretário de Educação na administração de George Bush, Diane foi indicada pelo ex-presidente Bill Clinton para assumir o National Assessment Governing Board, instituto responsável pelos testes federais. Ajudou a implementar os programas No Child Left Behind e Accountability, que tinham como proposta usar práticas corporativas, baseadas em medição e mérito, para melhorar a educação.

Sua revisão de conceitos foi apresentada no livro *The Death and Life of the Great American School System* (a morte e a vida do grande sistema escolar americano), lançado no mês passado nos EUA. O livro, sem previsão de edição no Brasil, tem provocado intensos debates entre especialistas e gestores americanos. Leia entrevista concedida por Diane ao **Estado**.

## **Por que a senhora mudou de ideia sobre a reforma educacional americana?**

Eu apoiei as avaliações, o sistema de accountability (responsabilização de professores e gestores pelo desempenho dos estudantes) e o programa de escolha por muitos anos, mas as evidências acumuladas nesse período sobre os efeitos de todas essas políticas me fizeram repensar. Não podia mais continuar apoiando essas abordagens. O ensino não melhorou e identificamos apenas muitas fraudes no processo.

## **Em sua opinião, o que deu errado com os programas No Child Left Behind e Accountability?**

O No Child Left Behind não funcionou por muitos motivos. Primeiro, porque ele estabeleceu um objetivo utópico de ter 100% dos estudantes com proficiência até 2014. Qualquer professor poderia dizer que isso não aconteceria - e não aconteceu. Segundo, os Estados acabaram diminuindo suas exigências e rebaixando seus padrões para tentar atingir esse objetivo utópico. O terceiro ponto é que escolas estão sendo fechadas porque não atingiram a meta. Então a legislação estava errada porque apostou numa estratégia de avaliações e responsabilização, que levou a alguns tipos de trapagens, manobras para driblar o sistema e outros tipos de esforços duvidosos para alcançar um objetivo que jamais seria atingido. Isso também levou a uma redução do currículo, associado a recompensas e punições em avaliações de habilidades básicas em leitura e matemática. No fim, essa mistura resultou numa lei ruim, porque pune escolas, diretores e professores que não atingem as pontuações mínimas.

## **Qual é o papel das avaliações na educação? Em que elas contribuem? Quais são as limitações?**

Avaliações padronizadas dão uma fotografia instantânea do desempenho. Elas são úteis como informação, mas não devem ser usadas para recompensas e punições, porque, quando as metas são altas, educadores vão encontrar um jeito de aumentar artificialmente as pontuações. Muitos vão passar horas preparando seus alunos para responderem a esses testes, e os alunos não vão aprender os conteúdos exigidos nas disciplinas, eles vão apenas aprender a fazer essas avaliações. Testes devem ser usados com sabedoria, apenas para dar um retrato da educação, para dar uma informação. Qualquer medição fica corrompida quando se envolve outras coisas num teste.

## **Na sua avaliação, professores também devem ser avaliados?**

Professores devem ser testados quando ingressam na carreira, para o gestor saber se eles têm as habilidades e os conhecimentos necessários para ensinar o que deverá ensinar. Eles também devem ser periodicamente avaliados por seus supervisores para garantir que estão fazendo seu trabalho.

## **E o que ajudaria a melhorar a qualidade dos professores?**

Isso depende do tipo de professor. Escolas precisam de administradores experientes, que sejam professores também, mais qualificados. Esses profissionais devem ajudar professores com mais dificuldades.

## **Com base nos resultados da política educacional americana, o que realmente ajuda a melhorar a educação?**

As melhores escolas têm alunos que nasceram em famílias que apoiam e estimulam a educação. Isso já ajuda muito a escola e o estudante. Toda escola precisa de um currículo muito sólido, bastante definido, em todas as disciplinas ensinadas, leitura, matemática, ciências, história, artes. Sem essa ênfase em um currículo básico e bem estruturado, todo o resto vai se resumir a desenvolver habilidades para realizar testes. Qualquer ênfase exagerada em processos de responsabilização é danosa para a educação. Isso leva apenas a um esforço grande em ensinar a responder testes, a diminuir as exigências e outras maneiras de melhorar a nota dos estudantes sem, necessariamente, melhorar a educação.

## **O que se pode aprender da reforma educacional americana?**

A reforma americana continua na direção errada. A administração do presidente Obama continua aceitando a abordagem punitiva que começamos no governo Bush. Privatizações de escolas afetam negativamente o sistema público de ensino, com poucos avanços de maneira geral. E a responsabilização dos professores está sendo usada de maneira a destruí-los.

## **Quais são os conceitos que devem ser mantidos e quais devem ser revistos?**

A lição mais importante que podemos tirar do que foi feito nos Estados Unidos é que o foco deve ser sempre em melhorar a educação e não simplesmente aumentar as pontuações nas provas de avaliação. Ficou claro para nós que elas não são necessariamente a mesma coisa. Precisamos de jovens que estudaram história, ciência, geografia, matemática, leitura, mas o que estamos formando é uma geração que aprendeu a responder testes de múltipla escolha. Para ter uma boa educação, precisamos saber o que é uma boa educação. E é muito mais que saber fazer uma prova. Precisamos nos preocupar com as necessidades dos estudantes, para que eles aproveitem a educação.

## **Quem é?**

É pesquisadora de educação da Universidade de Nova York. Autora de vários livros sobre sistemas educacionais, foi secretária-adjunta de Educação e conselheira do secretário de Educação entre 1991 e 1993, durante o governo de George Bush. Foi indicada pelo ex-presidente Bill Clinton para o National Assessment Governing Board, órgão responsável pela aplicação dos testes educacionais americanos.

# Estudo Comparativo do CAQi: Custo Aluno Qualidade Inicial

ANO: 2010

Elaboração: Subseção do DIEESE – Sind-UTE/MG Sind-UTE/MG. Data/2011

## INTRODUÇÃO

No Art. 206 da Constituição de 1988, prevê-se que:

“ O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]

VII- garantia de padrão de qualidade E também no parágrafo 1º, do artigo 211 da Constituição 1988 se estabelece que:

A União organizará o sistema federal de ensino (...) e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistências técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

A LDBE/1996, em seu inciso IX do artigo 4, especifica a necessidade de se definirem *os insumos necessários para o alcance de padrões mínimos de qualidade*, abaixo dos quais se estaria ferindo o direito à aprendizagem adequada dos alunos:

padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem

Para responder a estes mandamentos, ou seja, para garantir que cada cidadão tenha acesso a uma educação de qualidade, surge o CAQi - Custo Aluno Qualidade Inicial.

## 1 HISTÓRICO

Com a implementação do FUNDEF, Lei 9424/96, inicia-se a constituição de um Fundo de Financiamento à Educação Básica, mas ainda com exclusividade de vinculação de suas receitas para financiamento exclusivo do Ensino Fundamental (15% das Receitas Vinculadas a Educação, artigo 212/Constituição 88). Nascia, neste momento, como mecanismo de distribuição dos recursos vinculados, a noção de Custo-Aluno, que apenas apontava a simples divisão das Receitas do Fundo pelas matrículas do Ensino Fundamental (EJA e Ed. Especial) ao nível nacional, e a partir daí vem a definição ou a ideia de um Valor-Mínimo, por aluno, à época R\$ 300,00. Naquele momento, a noção de qualidade não se expressava na legislação vigente.

Em 2005, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação iniciou um trabalho intitulado Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi).

A lei do FUNDEB/11 494/2006 e Emenda 53/2006, pela primeira vez, estabelecem uma definição de Custo Aluno Qualidade para a repartição dos recursos vinculados da Educação Básica (25%) entre estados e municípios.

Em 2008, o Conselho Nacional de Educação (CNE), firmou parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, por considerar o CAQi uma estratégia de política pública para a educação brasileira.

Em 2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a partir da aprovação da Indicação CNE/CEB no 4/ 2008, do conselheiro Mozart Neves Ramos constituiu, por intermédio da Portaria CNE/CEB no 3/2008, uma comissão composta pelos conselheiros Cesar Callegari (Presidente), José Fernandes de Lima, Mozart Neves Ramos (Relator) e Regina Vinhaes Gracindo para desenvolver um estudo sobre a Educação

Básica no Brasil e construir proposições que possam contribuir para melhorar o atual cenário da qualidade desse nível de ensino. Foram definidos neste parecer que a Educação é vetor de desenvolvimento humano. Nesta perspectiva, O CAQi surge como uma resposta a esse inviolável direito, ou seja, o de garantir que cada cidadão desse país tenha acesso a uma educação de qualidade, ao apresentar com clareza os insumos necessários a esse direito.

## 2 DEFINIÇÃO

O CAQi representa um primeiro passo rumo a qualidade almejada, pois estabelece padrões mínimos de qualidade da Educação Básica por etapas e suas fases, e pela modalidade de escola de Educação do Campo, tomando por base a legislação vigente.

O valor do CAQi foi calculado a partir dos insumos essenciais ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem que levem gradualmente a uma educação de qualidade, que pode ser inicialmente aferida para um IDEB igual a 6, como esperado pelo MEC. Esse valor do IDEB corresponde aos padrões atuais de qualidade dos países da comunidade européia. No contexto do CAQi, os padrões mínimos podem ser definidos como aqueles que levam em conta, entre outros parâmetros, os seguintes:

1. Professores qualificados com remuneração adequada e compatível a de outros profissionais com igual nível de formação no mercado de trabalho, com regime de trabalho de 40 horas em tempo integral numa mesma escola. No cálculo do CAQi, fixou-se um adicional de 50% para os profissionais que atuam na escola e que possuem nível superior em relação aos demais profissionais que possuem nível médio com habilitação técnica; para aqueles que possuem apenas formação de Ensino Fundamental foi previsto um salário correspondente a 70% em relação aqueles de nível médio.
2. A existência de pessoal de apoio técnico e administrativo que assegurem o bom funcionamento da escola, como a preparação da merenda, funcionamento da biblioteca, limpeza predial e setor de secretaria da escola, por exemplo.
3. A existência de Creches e escolas possuindo condições de infraestrutura e de equipamentos adequados aos seus usuários.
4. A definição de uma relação adequada entre o número de alunos por turma e por professor, que permita uma aprendizagem de qualidade. Nessa proposta, as seguintes relações aluno/professor por turma foram consideradas: (a) Creche: 13 crianças, (b) Pré-Escola: 22 alunos, (c) Ensino Fundamental, anos iniciais: 24 alunos, (d) Ensino Fundamental, anos finais: 30 alunos e (e) Ensino Médio: 30 alunos. Em resumo, os fatores que mais impactam no cálculo do CAQi são: 1) tamanho da escola/Creche; 2) jornada dos alunos (tempo parcial versus tempo integral); 3) relação alunos/turma ou alunos/professor;
5. valorização dos profissionais do magistério, incluindo salário, plano de carreira e formação inicial e continuada.

## 3 ANÁLISE DO CAQi : no Brasil, região SE e MINAS: como está o Ensino Médio?

A partir do estudo do CAQi , definidos pelo Parecer CNE no 08/2010, chega-se a um conjunto de fatores humanos, materiais e pedagógicos necessários para o funcionamento, com qualidade, do Ensino Médio.

As tabelas abaixo foram retiradas do texto do Parecer CNE no 08/2010 e focam, em particular, o Ensino Médio:

| <b>Tabela 27 - Estrutura e características do prédio da escola de Ensino Médio</b> |                   |                |
|--|-------------------|----------------|
| <b>Descrição do prédio</b>   | <b>Quantidade</b> | <b>m2/item</b> |
| 1. Salas de aula   | 15                | 45             |
| 2. Sala de direção/equipe  | 2                 | 30             |
| 3. Sala de equipe pedagógica   | 2                 | 30             |
| 3. Sala de professores   | 1                 | 50             |
| 4. Sala de   |                   |                |
| leitura/biblioteca/computação  | 1                 | 100            |
| 5. Sala do Grêmio Estudantil   | 1                 | 45             |
| 6. Laboratório de informática  | 1                 | 50             |
| 7. Laboratório de ciências   | 3                 | 50             |
| 8. Refeitório  | 1                 | 80             |
| 9. Copa/Cozinha  | 1                 | 25             |
| 10. Quadra coberta   | 1                 | 500            |
| 11. Banheiros  | 8                 | 20             |
| 12. Sala de depósito   | 2                 | 30             |
| 13. Salas de TV/DVD  | 1                 | 50             |
| 14. Sala de Reprografia  | 1                 | 15             |
| 15. Total (m2)   | -                 | 0.002          |

Fonte: Parecer CNE no 08/2010

Dos elementos nas 2 tabelas apontados, fizemos uma pesquisa no Censo Educacional do MEC, ano 2010, e destacaremos aqueles disponíveis, para fazermos uma comparação da situação das escolas da rede estadual de Minas, com estados da região SE e Brasil.

| <b>Tabela 28 - Equipamentos e material permanente para a escola de Ensino Médio</b> |                   |
|---|-------------------|
| <b>Descrição</b>  | <b>Quantidade</b> |
| 1. Esportes e brincadeiras  |                   |
| 1.1. Colchonetes (para Educação Física)   | 30                |
| 2. Cozinha  |                   |
| 2.1. Freezer de 305 litros  | 2                 |
| 2.2. Geladeira de 270 litros  | 2                 |
| 2.3. Fogão industrial   | 2                 |
| 2.4. Liquidificador industrial  | 2                 |
| 2.5. Botijão de gás de 13 quilos  | 4                 |
| 3. Coleções e materiais bibliográficos  |                   |
| 3.1. Enciclopédias  | 3                 |
| 3.2. Dicionário Houaiss ou Aurélio  | 6                 |
| 3.3. Outros dicionários   | 30                |
| 3.4. Literatura brasileira  | 0.005             |
| 3.5. Literatura estrangeira   | 0.005             |
| 3.6. Paradidáticos  | 900               |
| 3.7. Material complementar de apoio pedagógico                                      | 300               |



| <b>(Continuação) Tabela 28 - Equipamentos e material permanente para a escola de Ensino Médio</b> |                   |
|---|-------------------|
| <b>Descrição</b>  | <b>Quantidade</b> |
| 4. Equipamentos para áudio, vídeo e foto  |                   |
| 4.1. Retroprojeter  | 3                 |
| 4.2. Tela para projeção   | 3                 |
| 4.3. Televisor de 20 polegadas  | 15                |
| 4.4. Suporte para TV e DVD  | 15                |
| 4.5. Aparelho de DVD  | 15                |
| 4.6. Máquina fotográfica  | 1                 |
| 4.7. Aparelho de CD e rádio   | 15                |
| 5. Processamento de Dados   |                   |
| 5.1. Computador para sala de informática  | 31                |
| 5.2. Computador para administração/docentes   | 8                 |
| 5.3. Impressora jato de tinta   | 4                 |
| 5.4. Impressora laser   | 2                 |
| 5.5. Fotocopiadora  | 1                 |
| 5.6. Copiadora Multifuncional   | 1                 |
| 5.7. Guilhotina de papel  | 1                 |
| 6. Mobiliária e aparelhos em geral  |                   |
| 6.1. Carteiras  | 450               |
| 6.2. Cadeiras   | 450               |
| 6.3. Mesa tipo escrivaninha   | 15                |
| 6.4. Arquivo de aço com 4 gavetas   | 15                |
| 6.5. Armário de madeira com 2 portas  | 15                |
| 6.6. Mesa para computador   | 30                |
| 6.7. Mesa de leitura  | 8                 |

Fonte: Parecer CNE no 08/2010

Entre todos necessários, dispostos acima no Parecer do CNE, nosso estudo obteve, para efeito de comparação regional, abaixo citados, aqueles disponíveis no Censo Educacional do MEC/2010:

- Sala de aula(utilizadas)
- Sala de direção
- Sala de professores
- Laboratório de Informática
- Laboratório de Ciências
- Cozinha
- Quadra de esportes
- Biblioteca
- Sala de leitura
- Copiadora
- TV
- DVD
- Alimentação Escolar
- Banda larga (\*acrescentado)
- Computador para sala de informática

Segundo a Tabela 01 ao lado, pode-se observar qual a posição de Minas, na região SE e comparativamente a média nacional. Destaca-se que das mais de 3 mil escolas na rede estadual pública mineira , apenas 2.139 escolas

responderam as questões do Censo 2010 sobre os elementos do CAQi que agora focamos. Somente no universo de respostas que poderemos fazer nossa análise. O mesmo fato ocorreu, em menor proporção, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

No conjunto dos elementos do CAQi destacados, na tabela 01, Minas fica em pior posição, comparativamente a média nacional, em: sala de leitura, quadra de esportes (pior resultado da região SE), laboratório de Ciências. No número de computadores para uso do aluno, no conjunto das escolas que responderam (1.974 respostas), a maioria das respostas apontam um número de 20 computadores, para um universo grande de alunos, vis a vis, o conjunto de salas de aula utilizadas-média de 15. Somente o estado de SP apresentou o dado de mais de 61 computadores para uso dos alunos.

O número de funcionários por turmas, Minas apresentou um resultado de 7 funcionários, incluso neste grupo todas as funções, e a média nacional aponta para mais de 10% acima, ou , 8 funcionários por turma.

Finalmente, podemos observar que a oferta de alimentação escolar, em Minas e no Brasil, nas redes estaduais, é resultado do esforço da União, com o repasse de recursos. Em Minas não há complementação da verba federal para esse programa.

**TABELA 1**  
**CAQi ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO**

| Ítem CAQi   |               | BRASIL | %    | MG    | %    | ES  | %    | RJ    | %    | SP    | %    |
|---|---------------|--------|------|-------|------|-----|------|-------|------|-------|------|
| Sala diretoria                                    | Não possui    | 946    | 5%   | 80    | 4%   | 19  | 7%   | 56    | 5%   | 87    | 2%   |
|   | Possui        | 16.922 | 95%  | 2.059 | 96%  | 260 | 93%  | 987   | 95%  | 3.703 | 98%  |
| Sala de Professores                               | Não possui    | 1.305  | 7%   | 129   | 6%   | 6   | 2%   | 55    | 5%   | 81    | 2%   |
|   | Possui        | 16.563 | 93%  | 2.010 | 94%  | 273 | 98%  | 988   | 95%  | 3.709 | 98%  |
| Laboratório de Informática                        | Não possui    | 1.569  | 9%   | 140   | 7%   | 13  | 5%   | 103   | 10%  | 119   | 3%   |
|   | Possui        | 16.299 | 91%  | 1.999 | 93%  | 266 | 95%  | 940   | 90%  | 3.671 | 97%  |
| Laboratório de Ciências                           | Não possui    | 10.322 | 58%  | 1.368 | 64%  | 130 | 47%  | 635   | 61%  | 2.482 | 65%  |
|   | Possui        | 7.546  | 42%  | 771   | 36%  | 149 | 53%  | 408   | 39%  | 1.308 | 35%  |
| Quadra de esportes                                | Não possui    | 5.020  | 28%  | 1.039 | 49%  | 67  | 24%  | 185   | 18%  | 213   | 6%   |
|   | Possui        | 12.848 | 72%  | 1.100 | 51%  | 212 | 76%  | 858   | 82%  | 3.577 | 94%  |
| Cozinha   | Não possui    | 719    | 4%   | 32    | 1%   | 6   | 2%   | 87    | 8%   | 76    | 2%   |
|   | Possui        | 17.149 | 96%  | 2.107 | 99%  | 273 | 98%  | 956   | 92%  | 3.714 | 98%  |
| Biblioteca  | Não possui    | 5.934  | 33%  | 127   | 6%   | 30  | 11%  | 184   | 18%  | 3.472 | 92%  |
|   | Possui        | 11.934 | 67%  | 2.012 | 94%  | 249 | 89%  | 859   | 82%  | 318   | 8%   |
| Sala de leitura                                   | Não possui    | 12.973 | 73%  | 2.045 | 96%  | 243 | 87%  | 846   | 81%  | 604   | 16%  |
|   | Possui        | 4.895  | 27%  | 94    | 4%   | 36  | 13%  | 197   | 19%  | 3.186 | 84%  |
| Equipamento de TV                                 | Não possui    | 445    | 2%   | 47    | 2%   | 11  | 4%   | 3     | 0%   | 20    | 1%   |
|   | Possui        | 17.423 | 98%  | 2.092 | 98%  | 268 | 96%  | 1.040 | 100% | 3.770 | 99%  |
| Equipamento de DVD                                | Não possui    | 794    | 4%   | 69    | 3%   | 48  | 17%  | 8     | 1%   | 58    | 2%   |
|   | Possui        | 17.074 | 96%  | 2.070 | 97%  | 231 | 83%  | 1.035 | 99%  | 3.732 | 98%  |
| Copiadora   | Não possui    | 7.165  | 40%  | 480   | 22%  | 34  | 12%  | 79    | 8%   | 2.240 | 59%  |
|   | Possui        | 10.703 | 60%  | 1.659 | 78%  | 245 | 88%  | 964   | 92%  | 1.550 | 41%  |
| Banda Larga                                       | Não possui    | 3.988  | 22%  | 440   | 21%  | 72  | 26%  | 156   | 15%  | 69    | 2%   |
|   | Possui        | 13.880 | 78%  | 1.699 | 79%  | 207 | 74%  | 887   | 85%  | 3.721 | 98%  |
| Internet  | Não possui    | 1.682  | 9%   | 110   | 5%   | 8   | 3%   | 26    | 2%   | 69    | 2%   |
|   | Possui        | 16.186 | 91%  | 2.029 | 95%  | 271 | 97%  | 1017  | 98%  | 3.721 | 98%  |
| Alimentação Escolar                               | Não possui    | 0      | 0%   | 0     | 0%   | 0   | 0%   | 0     | 0%   | 0     | 0%   |
|   | Possui        | 17.868 | 100% | 2.139 | 100% | 279 | 100% | 1.043 | 100% | 3.790 | 100% |
| Quantidade de computadores para uso dos alunos(2) | 1 a 20        | 12.616 | 71%  | 1.711 | 80%  | 57  | 20%  | 758   | 73%  | 2.910 | 77%  |
|   | 21 a 40       | 3.145  | 18%  | 255   | 12%  | 181 | 65%  | 173   | 17%  | 584   | 15%  |
|   | 41 a 60 acima | 293    | 2%   | 7     | 0%   | 30  | 11%  | 10    | 1%   | 30    | 1%   |
|   | de 61         | 176    | 1%   | 1     | 0%   | 3   | 1%   | 6     | 1%   | 126   | 3%   |

## Continuação Tabela 1

| Ítem CAQi  |              | BRASIL | %   | MG    | %   | ES  | %   | RJ  | %   | SP    | %   |
|--|--------------|--------|-----|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-------|-----|
| Total de funcionários da escola (inclusive professores, auxiliares de educação infantil e profissionais/monitores de atividade complementar) | 1 a 50       | 7.312  | 41% | 708   | 33% | 93  | 33% | 314 | 30% | 869   | 23% |
|  | 51 a 100     | 8.497  | 48% | 1.139 | 53% | 167 | 60% | 426 | 41% | 2.312 | 61% |
|  | 101 a 150    | 1.794  | 10% | 266   | 12% | 18  | 6%  | 209 | 20% | 571   | 15% |
|  | acima de 151 | 265    | 1%  | 26    | 1%  | 1   | 0%  | 94  | 9%  | 38    | 1%  |
| Número de salas utilizadas como salas de aula (dentro e fora do prédio)  | 1 a 5        | 1.809  | 10% | 107   | 5%  | 35  | 13% | 46  | 4%  | 236   | 6%  |
|  | 6 a 10       | 6.237  | 35% | 645   | 30% | 82  | 29% | 382 | 37% | 1.137 | 30% |
|  | 11 a 15      | 5.571  | 31% | 827   | 39% | 103 | 37% | 316 | 30% | 1.381 | 36% |
|  | 16 a 20      | 2.887  | 16% | 410   | 19% | 40  | 14% | 210 | 20% | 799   | 21% |
|  | 21 a 25      | 862    | 5%  | 102   | 5%  | 16  | 6%  | 44  | 4%  | 163   | 4%  |
|  | 26 a 30      | 260    | 1%  | 22    | 1%  | 1   | 0%  | 25  | 2%  | 43    | 1%  |
|  | acima de 31  | 242    | 1%  | 26    | 1%  | 2   | 1%  | 20  | 2%  | 31    | 1%  |
| Funcionários por Turma:  |              | 8      |     | 7     |     | 5   |     | 7   |     | 6     |     |

Fonte: Censo Educacional 2010/Mec

**Notas: (1)** No Brasil 17.868 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010. Das escolas em funcionamento, cerca de 45 no responderam. Em Minas Gerais, 2.139 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010. Das escolas em funcionamento, todas as escolas de EM responderam ao Censo.

No Espírito Santo, 279 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010. Das escolas em funcionamento, todas as escolas de EM responderam ao Censo.

No Rio de Janeiro, 1.043 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010. Das escolas em funcionamento, todas as escolas de EM responderam ao Censo.

Em São Paulo, 3.790 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010. Das escolas em funcionamento, todas as escolas de EM responderam ao Censo.

**(2)** No Brasil, sobre a quantidade de computadores, 16.230 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010.

Em Minas Gerais, sobre a quantidade de computadores, 1.974 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010.

No ES, sobre a quantidade de computadores, 271 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010. No RJ, sobre a quantidade de computadores, 947 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010. Em SP, sobre a quantidade de computadores, 3650 Escolas Estaduais com Ensino Médio responderam ao Censo 2010.

Elaboração: Sind-UTE/MG / DIEESE-MG

### EUA: no berço das reformas empresariais da educação surge um contraponto

**Nova agenda estadunidense sugere foco em políticas públicas de educação que solucionem a questão do acesso escolar com qualidade para todos, em oposição às políticas orientadas pelos resultados dos testes de alto impacto, promovidas e estimuladas pelos reformadores empresariais.**

Brasil, 20 de junho de 2013.

## Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Da Coordenação Geral.

A comunidade educacional estadunidense vive um momento de intenso debate sobre os rumos das políticas adotadas no país nos últimos trinta anos. Na última terça-feira, dia 11 de junho, um grupo de educadores, pais, ativistas, pesquisadores e representantes de governo lançaram uma Declaração que propõe um novo modelo de reforma educacional para seu país.

Contrário às políticas de educação em voga nos EUA, pautadas pela lógica do mercado, pela aplicação de testes padronizados de larga escala e pela responsabilização escolar e docente, o documento apresenta uma reforma abrangente, que preconiza o apoio (e não a punição) a escolas e professores e reafirma a importância da valorização do magistério. Além disso, reconhece as condições socioeconômicas, especialmente a pobreza, como fator que influencia o desempenho acadêmico dos alunos. Como resposta, a nova agenda propõe um modelo de avaliação que foge daquele que toma os testes padronizados como medida única, orientadora das políticas.

Entre os 46 signatários da carta, estão nomes importantes do meio acadêmico, como Theda Skocpol (professora de sociologia da Universidade Harvard); Linda Darling-Hammond (professora de educação da Universidade Stanford); Diane Ravitch (historiadora da educação, Universidade de Nova York); Robert B. Reich (professor da Universidade da Califórnia em Berkeley e ex-secretário do Trabalho no governo de Bill Clinton), entre outros. Autoridades públicas também assinam a carta – é o caso, por exemplo, de Nan Rich (senadora no estado da Flórida), Nan Grogan Orrock (senadora no estado da Geórgia) e John Kuhn (superintendente do distrito de escolas de Perrin-Whitt, no Texas). Por fim, diversos pais, ativistas e líderes comunitários são signatários da proposta, que ainda busca novas adesões pela Internet.

**Diálogo com o debate brasileiro.** Considerando a influência no Brasil dos reformadores empresariais dos EUA, a rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação decidiu traduzir a Declaração, disposta abaixo. Com isso, busca fortalecer, tanto lá quanto aqui, um esforço de resistência. O objetivo é recolocar, no centro do debate, o real fortalecimento da escola pública, como uma instituição republicana e democrática, alicerçada em políticas de valorização dos profissionais da educação, gestão democrática e reforma curricular, capazes de garantir a aprendizagem dos educandos.

Ao atualizar o debate estadunidense, mostrando que existe por lá uma profícua pluralidade de ideias, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação não está sugerindo uma transferência descontextualizada das propostas norte-americanas.

Contudo, **espera estimular no Brasil a construção de uma reforma social, republicana e democrática da educação**, como contraponto da reforma empresarial.

O momento é oportuno, pois tramitam no Congresso Nacional propostas de leis decisivas para a reforma educacional brasileira, como o Plano Nacional de Educação e a Lei de Responsabilidade Educacional. Além disso, o Ministério da Educação, busca formular o Sinaeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), fruto da elaboração da sociedade civil. Ademais, no presente momento, se intensifica o processo político da Conferência Nacional de Educação, agendada para fevereiro de 2014.

Como destaque, constam da Declaração “Education Declaration to Rebuild America” temas também presentes no Brasil, como a rejeição à privatização desregulada e irresponsável, uma participação mais decisiva do Governo Federal no financiamento educacional dos EUA, a necessidade de instrumentos equitativos do investimento em educação (como o CAQi – Custo Aluno-Qualidade Inicial, instrumento criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação), além da prioridade que deve ser dada à educação infantil.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede composta por pessoas, grupos, entidades e movimentos que conhecem a escola pública e nela acreditam, deseja uma boa leitura.

## Uma Declaração sobre a Educação para reconstruir os EUA

Há muito tempo, nós, estadunidenses, esperamos que nossas escolas públicas ofereçam oportunidades de crescimento individual, promovam mobilidade social e compartilhem valores democráticos. Construímos universidades importantes, ajudamos a tirar as crianças das fábricas e levá-las para as escolas, abrimos e mantivemos abertas as portas das universidades para os veteranos que retornavam das guerras, brigamos contra a segregação racial e nos esforçamos para dar apoio e voz aos estudantes com deficiências. Nós acreditamos que boas escolas são essenciais para que haja democracia e prosperidade – e que educar todas as crianças, e não apenas uma parte afortunada delas, é nossa responsabilidade coletiva.

Nas últimas três décadas, entretanto, temos testemunhado um abandono desses ideais. Após a publicação do relatório *Uma Nação em Risco*, em 1983, os formuladores de políticas públicas passaram a adotar uma agenda educacional que impõe padrões de cima para baixo e testes de alto impacto punitivos, enquanto deixaram de lado o apoio que os estudantes necessitam para que obtenham sucesso acadêmico. Esse modelo – combinado com anos de cortes financeiros drásticos – está transformando as escolas públicas em instituições desprovidas de criatividade e alegria. Educadores estão sendo tolhidos de sua dignidade e autonomia, o que leva muitos a abandonar a profissão. Escolas estão sendo fechadas por motivos arbitrários. A voz dos pais e representantes da comunidade está sendo calada no debate educacional. E o que é mais importante: o direito à educação e ao aprendizado está sistematicamente sendo negado às crianças.

Como uma nação, temos falhado na correção de desigualdades gritantes no acesso à oportunidade e aos recursos educacionais. Ao focar somente no desnível [lacuna/gap] de aprendizado, temos negligenciado a desigualdade [lacuna/gap] de oportunidade que o gera, permitindo que nossas escolas sejam re-segregadas por classe social e raça. O resultado inevitável: temos um sistema injusto que atinge principalmente os estudantes, as famílias e as comunidades desamparadas, conforme destacado no relatório *Para toda e qualquer criança*, recentemente publicado pela Comissão Federal pela Equidade e Excelência.

Um novo modelo é necessário para que o nosso país recupere sua trajetória econômica, fortaleça a democracia e evite o estabelecimento de uma sociedade ainda mais estratificada e segregada. Para reconstruir os EUA, precisamos de uma visão educacional para o século 21 baseada em sete princípios:

**Todos os alunos têm o direito de aprender.** As oportunidades de aprendizagem não devem depender de locais de moradia das famílias e da localização das escolas ou da habilidade dos pais de compreender e participar do sistema educacional. Nosso sistema educacional deve tratar das necessidades de todas as crianças, independentemente do quanto elas foram afetadas pela condição socioeconômica de suas famílias, especialmente pela pobreza, ou se foram ou não negligenciadas quando pequenas. Precisamos instituir medidas com base em pesquisa científica e apoio que comecem antes da pré-escola, e que ofereçam, a cada criança, o direito de sonhar com uma profissão ou com o ingresso à universidade.

**A educação pública é um bem público.** A educação pública não deve jamais ser enfraquecida pelo controle privado, desregulamentação ou especulação. A manutenção do caráter público das escolas é o único caminho para garantirmos que todo e qualquer aluno receba uma educação de qualidade. Sistemas educacionais devem funcionar como instituições democráticas que correspondam às expectativas e necessidades dos alunos, professores, pais e comunidades.

**Investimentos em educação devem ser justos e suficientes.** O investimento é necessário para que se estabeleça o que está associado com excelência em educação: escolas seguras, professores de qualidade, classes de tamanho razoável e oferta de oportunidades de aprendizagem desde cedo. Ao mesmo tempo em que aumentamos as necessidades de aprendizado, eliminamos os recursos que as crianças e as escolas precisam para alcançá-las. É essencial que essa tendência seja revertida, e que mais dinheiro seja investido em educação, distribuído de maneira justa.

**O aprendizado deve ser atraente e relevante.** O aprendizado deve ser um processo dinâmico que aconteça através de conexões com o mundo real, com as experiências de vida e com o conhecimento cultural dos alunos. Nesse sentido, testes de alto impacto estreitam o currículo e impedem o desenvolvimento da criatividade.

**Professores são profissionais.** As condições de trabalho dos professores são equivalentes às condições de aprendizado das crianças. Quando usamos uma avalanche de testes padronizados de alto impacto para julgar os docentes, limitamos a habilidade que eles têm de se conectar com os alunos. É preciso aumentar a autonomia dos professores e apoiar seus esforços para que eles consigam corresponder [alcançar] as necessidades de cada aluno.

**Políticas de disciplina justas devem manter os alunos nas escolas.** Os alunos devem estar dentro da escola para aprender. Devemos acabar com práticas de disciplina ineficazes e discriminatórias que afastam as crianças da escola e as

levam diretamente para o mundo da delinquência. As escolas devem usar políticas justas de disciplina que mantenham as salas de aula seguras para que todos os alunos aprendam.

**Responsabilidade nacional deve complementar o controle local.** A educação é em grande parte responsabilidade dos Estados e Distritos de escolas, mas em demasiados Estados há desigualdades grosseiras na forma como os recursos são distribuídos para escolas que atendem estudantes provenientes de famílias com baixa renda ou pertencentes a grupos minoritários. Nestes casos, o governo federal tem a responsabilidade de garantir que haja financiamento equitativo e de fazer cumprir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

Princípios precisam ser tão úteis quanto precisam ser efetivas as políticas públicas que os colocam em prática. A atual agenda da política educacional, dominada por uma reforma orientada por padrões e testes, é claramente insuficiente. O que falta é uma agenda de reforma justa, com base em assistência e suporte, oferecendo a cada estudante oportunidades e recursos necessários para que ele aprenda e tenha sucesso. Essa agenda deve estar focada em sete áreas:

1. Educação infantil e alfabetização na idade certa. Acesso garantido à educação infantil de alta qualidade para todos, incluindo creche em tempo integral e acesso universal à pré-escola, para ajudar a garantir que cada estudante seja alfabetizado no tempo certo e na idade certa.
2. Financiamento e recursos equitativos. Financiamento justo e suficiente, descolado da dependência excessiva da arrecadação dos impostos locais sobre propriedades, para garantir que aqueles estudantes que enfrentam os maiores obstáculos recebam mais recursos. Também é necessário investir em fatores extraescolares que afetam os estudantes, como apoio a nutrição, serviços de saúde, bibliotecas públicas, programas de complementação de turno e de férias, programas complementares de educação de jovens e adultos, além de melhores sistemas de dados e tecnologia.
3. Programas de apoio centrados no aluno. Planos ou estratégias personalizados, que ofereçam aos estudantes o suporte acadêmico, social e de saúde adequados, tanto para aumentar como para aprofundar o período de aprendizagem dentro da escola.
4. Qualidade docente. Seleção, formação e permanência de professores e gestores bem preparados, munidos de recursos, capazes de oferecer abordagens que garantam um aprendizado mais extenso e aprofundado aos alunos, e que sejam empoderados para colaborar com seus colegas e aprender com eles.
5. Avaliações melhores. Avaliações diagnósticas de alta qualidade, que vão além dos testes padronizados e que ajudem os professores a reforçar a experiência da sala de aula para cada estudante.
6. Disciplina efetiva. Por fim às práticas de disciplina ineficazes e discriminatórias, incluindo as suspensões inapropriadas, que deixam o aluno fora da escola, substituindo-as por políticas e propostas de apoio que mantenham todos os estudantes em condições de aprendizado adequadas, para garantir uma educação de qualidade.
7. Engajamento comunitário. Pais e integrantes da comunidade engajados na construção de políticas escolares e na oferta de serviços educacionais para os estudantes.

Como nação, estamos fracassando em proporcionar o básico necessário para que as nossas crianças tenham oportunidades de aprendizado. Ao contrário, implementamos um sistema punitivo de testes de alto impacto que busca forçar o progresso a custos baixos. Não há atalhos para o sucesso. Precisamos mudar o rumo da atual política antes que comprometamos ainda mais as escolas e afastemos os professores daquilo que nossas crianças precisam.

Todos aqueles que imaginam uma sociedade justa, evoluída e igualitária não podem ignorar a batalha pelo futuro da educação de nosso país. Diretores lutando por melhores escolas, professores lutando por salas de aulas melhores, estudantes lutando por melhores oportunidades, pais lutando por um futuro digno aos seus filhos: a luta deles é nossa também. Todos nós devemos participar dela.

*“O Manifesto é assinado por várias personalidades estadunidenses. Se encontram disponíveis no Link para o texto original: <http://educationopportunitynetwork.org/education-declaration-to-rebuild-america-released/>*

Recebi duas mensagens de professores que vão nos ajudar a pensar a respeito do que acontece com as escolas que os mais novos frequentam desde bem cedo. Dois profissionais de educação, distantes entre si em alguns aspectos e muito próximos em outros, vão nos conduzir em nossa conversa de hoje.

A primeira mensagem veio de um jovem professor, tanto de idade quanto de profissão. Formado há poucos anos, ele diz que tem muitas ideias diferentes para sua prática docente e as usa para melhor compreender os alunos que frequentam a escola hoje, mas que se sente muito desestimulado em seu trabalho.

O problema é que os colegas não só não reconhecem o potencial contido nas novas formas de ensinar e de se relacionar com os alunos como também não aceitam mudar seu modo de pensar. Esse jovem professor está com medo. Medo de se transformar em um docente semelhante aos seus colegas e, dessa maneira, perder a paixão pelo ato de ensinar.

A outra carta veio de uma professora já aposentada. Ela contou que, durante os 25 anos em que esteve em sala de aula, trabalhou incansavelmente para que seus alunos entendessem que é preciso cuidar do espaço comum - a sala de aula e os demais ambientes escolares - porque é o território de todos. Além disso, dedicou grande parte de seu tempo para ensinar a boa convivência.

Ela afirmou ter conseguido bons resultados com os alunos. Mas, contou, por mais que tentasse influenciar seus colegas, nunca alcançava êxito com eles. E ela se cansou tanto que adoeceu.

Dois depoimentos bem semelhantes de dois professores diferentes apontam para uma questão que parece estar invisível há muito tempo: o congelamento da escola. E essa situação tem uma relação íntima com quem não é professor, mas tem filhos na escola, em qualquer nível, e também com quem nem sequer tem filhos.

Temos lido muitas notícias a respeito da educação. É impossível ignorar o que vem sendo insistentemente dito: uma característica importante para se estimular nos alunos é a criatividade do pensamento e da ação.

A aprendizagem ocorre de modo mais consistente no coletivo e em ambiente colaborativo. O ensino da convivência pública e do papel do colega é fundamental - a formação da atitude do estudante determina, em grande parte, seu aprendizado. E os professores têm mais êxito em seu trabalho quando participam plenamente da equipe no espaço escolar.

Criatividade, coleguismo, cidadania, trabalho em equipe? Certamente todas essas palavras estão presentes nos chamados projetos político-pedagógicos de todas as escolas. Mas, na prática, o que vemos é uma escola que todo dia faz tudo sempre igual, que ignora a participação verdadeira dos alunos, que desestimula a formação da equipe profissional.

Nossas escolas estão muito mais interessadas na competitividade, no planejamento do professor, mesmo que seja burocrático, na massificação, tanto dos docentes quanto dos alunos. E você sabe, caro leitor, por que ela permanece assim congelada? Porque nossa sociedade assim o quer.

Não é verdade que valorizamos o espírito competitivo incentivado nas escolas? Que damos a maior importância aos rankings baseados em avaliações? Que apreciamos nomes imponentes de métodos pedagógicos praticados e que acreditamos que é frequentando escolas que agem dessa maneira que o futuro dos mais novos será melhor?

É assim que garantimos o congelamento da escola. E é assim, também, que vamos, aos poucos, apagando o brilho e a paixão de docentes (existem muitos deles que, como os professores citados, querem fazer diferente).

Eles necessitam de muita coragem para não ceder à tentação de se acomodar no congelamento que a escola propõe e precisam de nossa ajuda. Vamos apoiá-los?



## Expediente

O **Caderno Pedagógico Sindute/MG** é uma publicação do **Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG)**

**Coordenação-Geral:** Beatriz Cerqueira | **Diretor de Comunicação:** Paulo Henrique S. Fonseca

### Departamento de Formação

Coordenação: Feliciano Alves do Vale Saldanha (Ipatinga)  
Mônica Maria de Souza (Belo Horizonte)  
Luiz Fernando de Souza Oliveira (Betim)  
José Luiz Rodrigues (Betim)

**Projeto Gráfico / Editoração:** Eficaz Comunicação

